ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 015 - "B"

PRESIDENTE - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO MANOEL DO PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:45 HORAS)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente para ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Paulo Moura.

O SR. PAULO MOURA - Ilustre Presidente, Deputado Benedito Pinto, apenas para apresentar três Indicações que beneficiam a comunidade de Olho d'Água, em co-autoria com o Deputado Eliene, e algumas Emendas ao Orçamento, mesmo porque acreditamos que essas Emendas só poderão ser acopladas ao Projeto quando estiver cumprindo Pauta na segunda Comissão, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Mas, antecipando a isso, nós já queremos deixar à Secretaria da Casa e para que esta Presidência acolha as Emendas ora apresentadas, acompanhadas das suas respectivas justificativas.

1ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
206/96, Mensagem nº 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

Emenda Aditiva ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, no Projeto Restauração de Rodovias código nº 168853911510000, a Meta: Recuperação da Pavimentação das Rodovias da Região do Médio-Norte e Noroeste do Estado de Mato Grosso.

1 - Adita-se, no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, no Projeto Restauração de Rodovias, código nº 168853911510000, a Meta:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Recuperação da Pavimentação Asfáltica de 150 quilômetros, da BR-364-Bairro Novo Diamantino, Município de Diamantino.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997
Deputado PAULO MOURA - PPB

2ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

Emenda Aditiva ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Infra-estrutura, projeto participação do Estado no aumento do Capital da SANEMAT, Mensagem n° 030/96.

1 - Adita-se, ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Infra-estrutura, a dotação de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2 - Destacamento da Despesa (1,00)

Código: 137603510760000

Projeto: Participação do Estado no aumento de Capital da SANEMAT.

Fonte de Recurso: 100-Recursos Ordinários do Tesouro do Estado.

Grupo de Despesa: Inversões Financeiras

Valor R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

3 - Para atender o citado projeto, fica reduzida a seguinte Despesa:

Órgão: 39901 - Reserva de contingência

Código: 9999999999990000

Projeto/Atividade: Reserva de Contingência

Fonte de recurso: 100-Reservas Ordinárias do Tesouro Estadual.

Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

4 - Face à Emenda Aditiva ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Infra-estrutura, fica acrescido ao Orçamento de Investimento da Campanha de Saneamento de Mato Grosso (SANEMAT), o valor R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com o seguinte detalhamento:

Código: 137644710780000

Meta: Implantar, ampliar e melhorar a capacidade dos sistemas de abastecimento de água tratada, para acompanhar o crescimento populacional, e melhorar o nível de atendimento da saúde.

Projeto: Implantação do Sistema de Captação de Água do Bairro Frei Manoel, em Diamantino.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997

Deputado PAULO MOURA - PPB

3ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, no Projeto Implantação de Rodovias, código nº 168853711500000 a Meta: Abertura de Estrada, ligando o Bairro Novo Diamantino (BR-364) à Fazenda São João (BR-364), no Município de Diamantino-Mensagem nº 030/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997
Deputado PAULO MOURA - PPB

4ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
206/96, Mensagem nº 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação de Obras Públicas-DVOP, no Projeto Restauração das Rodovias Roberto Campos, no trecho Bairro Novo Diamantino, Município de Alto Paraguai, código nº 168853911510000, a Meta: Recuperação da Pavimentação da Rodovias da Região do Médio-Norte e Noroeste do Estado de Mato Grosso.

Mensagem nº 030/95, de autoria do Poder Executivo.
Sala das Sessões, 05 de março de 1997
Deputado PAULO MOURA - PPB

5ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
206/96, Mensagem nº 030/96, de
autoria do Poder Executivo.

1 - Adita-se ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer o seguinte projeto:

Meta: construção de Ginásio de Esportes no Município de Diamantino, bairro Novo Diamantino.

Grupo de Despesa: investimento
Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais)

2 - Para atender o citado projeto fica anulado parcialmente a seguinte atividade:

Órgão: Secretaria de Estado de Fazenda
Atividade: manutenção dos serviços de processamento
Código: 030702121140000
Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais)
Sala das Sessões, em 05 de março de 1997
Deputado PAULO MOURA - PPB

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, a necessidade de se instalar um Posto Policial na Comunidade de Olho d'Água, Município de Santo Antônio do Leverger.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Com fulcro na Resolução n° 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador, com cópias ao Exm° Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando urgente a necessidade de se instalar um Posto Policial na Comunidade de Olho d'Água, Município de Santo Antônio do Leverger.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o grande número de produtores rurais na Comunidade de Olho d'Água, do Município de Santo Antônio do Leverger, e a ação cada vez mais freqüente dos marginais naquela localidade é que vimos propor este expediente indicatório.

A inexistência de um Posto Policial naquela região vem provocando grande número de roubos e os mais diversos tipos de crimes, gerando, nas 200 famílias que ali residem, um clima de total insegurança.

Visando solucionar este grave problema é que propomos a instalação de um Posto Policial nessa comunidade, gerando paz e tranqüilidade aos moradores da região.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobre Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito, tendo em vista sua importância.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997

Deputado PAULO MOURA - PPB

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exm° Sr. Governador, com cópias ao Exm° Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de instalação de um sistema de atendimento médico-odontológico, através de unidades volantes de saúde, nos Municípios de Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço.

Com fulcro na Resolução n° 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador, com cópias ao Exm° Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando urgente a necessidade de instalação de um sistema de atendimento médico-odontológico, através de unidades volantes de saúde, nos Municípios de Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

Os municípios indicados para serem atendidos, através de unidades volantes de saúde, têm uma extensão territorial ampla e com uma sustentação sócio-econômica baseada na agricultura e pecuária.

Estas unidades possibilitarão um atendimento médico-odontológico no meio rural sem que haja a necessidade dos produtores que vivem em suas propriedades se deslocarem para centros urbanos para terem resolvidos seus problemas de saúde.

Devido à importância social de nosso pleito, onde beneficiará inúmeros trabalhadores rurais, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares no sentido de aprovar por unanimidade esta propositura.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997

Deputado PAULO MOURA - PPB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de designar médicos a fim de dar atendimento ao Posto de Saúde na Comunidade de Olho d'Água, Município Santo Antônio do Leverger.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente necessidade de designar médicos a fim de dar atendimento ao Posto de Saúde na comunidade de Olho d'Água, Município Santo Antônio do Leverger.

JUSTIFICATIVA

A comunidade de Olho d'Água (BR-364 KM 42) encontra-se bastante carente de infra-estrutura básica, trazendo grandes transtornos aos moradores que precisam percorrer grandes distâncias para terem suas necessidades atendidas.

Nessa comunidade foi construído um Posto de Saúde que atualmente encontra-se desprovido de assistência médica, pois há muito tempo não aparece nenhum profissional para dar atendimento aos moradores e demais serviços prestados na área da saúde.

Nesse sentido é que estamos propondo este expediente, pois acreditamos ser esse benefício de extrema importância para toda aquela região e com isso poder proporcionar as condições mínimas para melhoria do nível de vida daqueles que se empenham no engrandecimento do nosso Estado.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito, tendo em vista a importância do mesmo.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado PAULO MOURA - PPB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Batico de Barros.

O SR. BATICO DE BARROS - Sr. Presidente, nobres Deputados, para apresentar algumas Emendas Aditivas: uma delas é referente ao Liceu Cuiabano, ou seja, o Colégio Estadual de Mato Grosso, que nós estamos apresentando uma Emenda Aditiva, direto ao Fundo Estadual de Educação, para que seja reconstruído aquele centro educacional.

1ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
206/96, Mensagem nº 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

Adita-se, no Orçamento Fiscal do Fundo Estadual de Educação, um projeto não previsto no Projeto de Lei, com dotação de R\$ 1.000.000,00 destinados à reforma do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

Detalhamento da despesa (em 1,0).

Projeto: Reforma do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

Fonte de Recurso: 120 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Grupo de Despesa: Investimento.

Valor: R\$ 1.000.000,00.

Para atender o citado Projeto, fica deduzida a seguinte despesa:

- Órgão: Fundo Estadual de Educação.

- Código: 084218811120000

- Fonte de Recurso: 120 - Recursos destinados à manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

- Grupo de Despesa: Investimento.

- Valor: R\$ 1.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O Colégio Estadual Liceu Cuiabano é tido como o mais tradicional do Estado de Mato Grosso. Por lá passaram, durante anos, figuras ilustres ligadas à política estadual e federal, assim como intelectuais, empresários e basicamente todos os segmentos da sociedade mato-grossense.

O Liceu Cuiabano vem passando por sérias dificuldades, principalmente com relação à sua estrutura física, estando sem as mínimas condições de funcionamento para atender à clientela estudantil.

Chamamos a atenção de nossas autoridades para se inteirarem da situação caótica com a qual defronta o Colégio Liceu Cuiabano.

Insistimos com os nossos Pares para a aprovação, pois a presente Emenda irá resgatar a memória do tradicional Liceu Cuiabano.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB.

2ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, no Projeto 16885371180000, obras de artes especiais, a seguinte meta: Recuperação da ponte sobre o Córrego Picada, MT-050, trecho entre Cedral-Nossa Senhora do Livramento-Várzea Grande.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB.

Deputado PAULO MOURA - PPB.

3ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, no Projeto 168853711480000, obras de arte especiais, a seguinte meta; Construção da ponte sobre o Ribeirão Cocais, com 25 metros.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997
Deputado BATICO DE BARROS - PMDB
Deputado PAULO MOURA - PPB

4ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem nº
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Segurança Pública o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) destinado ao Projeto de Construção, Reforma, Ampliação das Delegacias e Cadeias Públicas.

Detalhamento da Despesa (em 1,00)

Meta: Construção do Instituto Médico Legal-IML, na cidade de Várzea Grande.

Grupo de Despesa: Investimento

Valor: R\$ 300.000,00

Para atender o citado projeto, fica deduzida a seguinte despesa:

Órgão: Recurso sob a supervisão da Secretaria de Fazenda

Código: 030803320810000

Fonte: 100 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual

Grupo de Despesa: Amortização da Dívida

Valor: R\$ 300.000,00

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 1997.

Deputado PAULO MOURA - PPB

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

5ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem nº
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer o seguinte projeto:

Código: 084622812790000

Órgão: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Meta: Conclusão do Ginásio Poliesportivo de Nossa Senhora do Livramento.

Grupo de Despesa: Investimento.

Valor: R\$ 100.000,00.

Para atender o citado projeto fica anulado parcialmente a seguinte atividade:

Órgão: Recurso sob a supervisão da Secretaria de Fazenda.

Código: 030702121140000

Atividade: Manutenção dos Serviços de Processamento de Dados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Fonte: 100 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual.

Valor: R\$ 100.000,00.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 1997.

Deputado PAULO MOURA - PPB

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

6ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP no projeto 168853711480000 - Obras de Arte Especiais a seguinte meta: Construção da Ponte sobre o Ribeirão Rio dos Peixes, com 16 metros.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

Deputado PAULO MOURA - PPB

7ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP no projeto 168853711480000 - Obras de Arte Especiais a seguinte meta: Construção da Ponte sobre o Córrego Aguaçu MT-151, com 16 metros.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

Deputado PAULO MOURA - PPB

8ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n°
206/96, Mensagem n° 30/96, de
autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP no projeto 168853711480000 - Obras de Arte Especiais a seguinte meta: Construção da Ponte sobre o Ribeirão das Pedras, com 20 metros.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

Deputado PAULO MOURA - PPB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado José Lacerda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, para apresentar 20 Indicações de nossa autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-339 no trecho entre o Distrito de Panorama até o Município de Araputanga.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-339 no trecho entre o Distrito de Panorama até o Município de Araputanga.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-247 no trecho entre o Município de Rio Branco até Montelândia.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-247 no trecho entre o Município de Rio Branco até Montelândia.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

3ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-388 no trecho entre o Município de Nova Lacerda - ALCOMAT até a Chapada do Parecis.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-388 no trecho entre o Município de Nova Lacerda - ALCOMAT até a Chapada do Parecis.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

4ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-265 no trecho Porto Espiridião, destacamento militar de Santa Rita e Fortuna - Ponta do Aterro São Vicente divisa com a Bolívia.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-265 no trecho Porto Espiridião, destacamento militar de Santa Rita e Fortuna - Ponta do Aterro São Vicente divisa com a Bolívia.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

5ª) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-250 no trecho entre os Municípios de Figueirópolis d'Oeste e São José dos Quatro Marcos.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-250 no trecho entre os Municípios de Figueirópolis d'Oeste e São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

6ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-343 no trecho de Cáceres até os Municípios de Porto Estrela e Barra do Bugres.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-343, no trecho de Cáceres até os Municípios de Porto Estrela e Barra do Bugres.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

7ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-250 no trecho entre os Municípios de Glória d'Oeste e Mirassol d'Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-250, no trecho entre os Municípios de Glória d'Oeste e Mirassol d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

8ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-473 no trecho entre Pontes e Lacerda-Matão, até a MT-265-Fortuna.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-473 no trecho entre Pontes e Lacerda-Matão, até a MT-265-Fortuna.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

9ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

a necessidade da restauração da Rodovia MT-199 no trecho entre o destacamento militar de Palmarito até a divisa de Rondônia no Cabixi, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-199 no trecho entre o destacamento militar de Palmarito até a divisa de Rondônia no Cabixi, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

10ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de implantação da Rodovia MT-175 ligando o Município de Reserva do Cabaçal a Chapadão do Parecis, BR-364.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de implantação da Rodovia MT-175 ligando o Município de Reserva do Cabaçal a Chapadão do Parecis, BR-364.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

11^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-250 no trecho entre Distrito de Curvelândia até o Município de Mirassol d'Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-250 no trecho entre Distrito de Curvelândia até o Município de Mirassol d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

12^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de implantação da Rodovia MT-235 ligando o Município de Comodoro à divisa de Rondônia, no Cabixi-MT-199.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de implantação da Rodovia MT-235 ligando o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Município de Comodoro a divisa de Rondônia no Cabixi-MT-199. implantação da Rodovia MT-235 ligando o Município de Comodoro à divisa de Rondônia, no Cabixi-MT-199.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

13ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Maria Auxiliadora”, Município de Araguaiana, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Maria Auxiliadora”, Município de Araguaiana, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação de cidadania como também para dar bases da preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualificação e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-la de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Araguaiana devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Com a inclusão da E.E.P.S.G.“Maria Auxiliadora”, no Projeto Centro-Oeste as aspirações da comunidade no tocante à questão educacional terão, certamente, reais condições de se concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

14ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G.“Boa Esperança”, Distrito de Curvelândia, Município de Cáceres, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G.“Boa Esperança”, Distrito de Curvelândia, Município de Cáceres, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação de cidadania como também para dar bases da preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualificação e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-la de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração do Distrito de Curvelândia, Município de Cáceres devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G.“Boa Esperança”, no Projeto Centro-Oeste as aspirações da comunidade no tocante à questão educacional terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

15ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, a necessidade de inclusão da E.E.P.G.“Cora Coralina”, Município de Comodoro, no Projeto Centro-Oeste.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Cora Coralina”, Município de Comodoro, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação de cidadania como também para dar bases da preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualificação e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-la de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Comodoro devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G.“Cora Coralina”, no Projeto Centro-Oeste as aspirações da comunidade no tocante a questão educacional terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aproveamos esta indicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

16ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, a necessidade de inclusão da E.E.P.G.“Angelina Franciscon Mazutti”, Município de Campos de Júlio, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e ao Sr. Secretário de Planejamento, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Angelina Franciscon Mazutti”, Município de Campos de Júlio, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação de cidadania como também para dar bases da preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualificação e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

criar escolas, mas dotá-la de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Campos de Júlio devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Angelina Franciscan Mazutti” no Projeto Centro-Oeste as aspirações da comunidade no tocante a questão educacional terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aproveamos esta indicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

17ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de aquisição de materiais permanentes e de consumo, serviços de manutenção do prédio para a E.E.S.G. “Raimundo Cândido Reis”, de Cáceres.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de aquisição de materiais permanentes e de consumo, serviços de manutenção do prédio para a E.E.S.G. “Raimundo Cândido Reis”, de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

Temas envolvendo o setor da educação devem sempre merecer especial atenção por parte dos órgãos oficiais competentes, já que significa proporcionar um futuro melhor para a juventude do nosso Estado e, em especial, à da nossa Cáceres. Sendo um dos tradicionais municípios de Mato Grosso, Cáceres já se posiciona também como um promissor lugar, haja visto o movimento comercial fronteiriço que vem se intensificando nos últimos anos.

Nesse contexto desenvolvimentista, oportuna a presente propositura que visa melhor estruturar o mencionado estabelecimento de ensino. Com a realização da obra, será sensível para as pessoas envolvidas, a melhoria das atuais condições da Escola o que se reflete, indubitavelmente na aprendizagem dos alunos.

Cientes, portanto da importância deste expediente indicatório para a área educacional cacerense, conclamamos a todos os ilustres Deputados, para que com o imprescindível apoio de todos, aproveamos esta indicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

18ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

a necessidade de construção de uma usina de lixo para reciclagem e compostagem do lixo urbano do Município de Rio Branco.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de construção de uma usina de lixo para reciclagem e compostagem do lixo urbano do Município de Rio Branco.

JUSTIFICATIVA

Rio Branco vem-se posicionando como um dos mais promissores municípios da Região da Grande Cáceres com bons números de suas atividades econômicas voltadas basicamente para o setor rural. Apesar disso, a sede do Município vem tendo aumento no seu número populacional o que obriga que os poderes constituídos busquem alternativas para atenderem a demanda por obras públicas.

No processo de desenvolvimento, os moradores de Rio Branco estabeleceram como prioritária a obra de construção de uma usina de reciclagem de lixo, haja vista a presente necessidade da sede do município. Modernas técnicas permitem que sejam eliminados os riscos à saúde pública com a reciclagem, e simultaneamente, teremos a possibilidade de reaproveitamento de alguns materiais.

Cientes da importância do tema, solicitamos aos nobres Deputados o total apoio para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1997.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

19^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Ilm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilm^o Sr. Presidente do DNER e ao Ilm^o Sr. Presidente do DVOP, a necessidade de que sejam refeitos todos os sinais de trânsito, inclusive as faixas laterais e centrais das rodovias BR-163 e MT-320.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Ilm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilm^o Sr. Presidente do DNER e ao Ilm^o Sr. Presidente do DVOP, a necessidade de que sejam refeitos todos os sinais de trânsito, inclusive as faixas laterais e centrais das rodovias BR-163 e MT-320.

JUSTIFICATIVA

Campanhas de educação de trânsito são, realmente, de extrema necessidade e sua veiculação nos diversos meios de comunicação merecem o nosso apoio. Normalmente são ressaltadas as diversas estatísticas que nos informam as principais causas de acidentes; e dentre essas, se encontram a sinalização que, por vezes, deficiente, acabam contribuindo para o aumento do índice de acidentes nas estradas.

Voltando a atenção para o nosso Estado, salientamos o tema da presente propositura, que segundo relatos de lideranças políticas locais, a situação dessas rodovias exigem urgentes providências nesse sentido. A sinalização, envolvendo as faixas laterais e centrais da pista está praticamente invisível, e sua contribuição como causa de acidentes é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

inquestionável, provocando profundo entristecimento de famílias da região com a perda de seus entes queridos.

Sendo assim, sabedores da importância da presente propositura, conclamamos os nobres Pares para que com o seu apoio tenhamos aprovado este expediente.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

20ª) Indica ao Exmº Sr. Ministro do Meio Ambiente, aos Exmºs Srs. Senadores, Deputados Federais e Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, a necessidade de liberação de recursos e da conclusão dos projetos que constituem o Convênio nº 079/95 celebrado entre o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, através da Secretaria de Recursos Hídricos e o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Ministro do Meio Ambiente, aos Exmºs Srs. Senadores, Deputados Federais e Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, mostrando a necessidade de liberação de recursos e da conclusão dos projetos que constituem o Convênio nº 079/95 celebrado entre o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, através da Secretaria de Recursos Hídricos e o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura busca a continuidade do convênio mencionado, cujo objeto é a implantação de uma área irrigada de 535 hectares, constituídas dos seguintes projetos:

1. PROJETO FACÃO: Execução de uma barragem com bolsacreto/BC-3, execução de canais, estruturas hidráulicas, tanques acumuladores de água e tubulações de distribuição de água para irrigação de uma área de 130 hectares.

2. PROJETO MATA-MATA: Execução de adutora de 3.300m de tubo de PVC - rígido, com 400 m de diâmetro, aquisição e montagem de 79 equipamentos de irrigação por aspersão que atenderão uma área total irrigada de 120 hectares.

3. PROJETO MUTUM: Implantação de uma área irrigada de 27 hectares através da aquisição de equipamentos de irrigação por aspersão, construção de casa de bombas, implantação de infra-estrutura de uso comum (Projeto de Irrigação) e a construção de um armazém comunitário.

4. PROJETO SEIS LAGOAS: Implantação de uma área irrigada de 162 hectares, envolvendo: estações de bombeamento de uso comum, aquisição e assentamento de tubulação para condução e distribuição de água e de equipamentos individuais de irrigação por aspersão.

5. PROJETO ENTRE RIOS: Implantação de infra-estrutura de uso comum que permitirá a agricultura irrigada em 96 hectares, sendo composto por execução de drenagem, estradas internas, rede de energia elétrica, e aquisição e montagem de equipamentos de irrigação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Diante de tais informações, esta Casa de Leis não pode ficar omissa. Necessário que façamos o possível, envidando todos os esforços, para que o sucesso desse instrumento seja pleno. Os benefícios a serem proporcionados para as comunidades envolvidas em cada um deles vêm há muito tempo sendo verdadeiras aspirações, pois se traduzem como real possibilidade de melhoria nas suas condições de vida, tanto no aspecto social quanto econômico.

Sendo assim, sabedores do amplo alcance do objeto deste expediente, conclamamos a todos os ilustres Pares, para que o tenhamos aprovado, e aí, teremos um importante instrumento para sensibilizarmos as autoridades para a extrema necessidade das obras.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.
Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, para apresentar duas proposições:

1ª) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO:** “Com fundamento no disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, para que seja encaminhada ao Exmº Sr. Ancelmo Falcão de Arruda, Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso, uma Moção de Congratulações vasada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, congratula-se com o eminente Grão-Mestre Ancelmo Falcão de Arruda pela sua eleição como Vice-Presidente da Confederação Maçônica Brasileira, ocorrida no dia 1º de março próximo passado.

A ascensão a cargo de tamanha relevância e destaque, reflete tão-somente o imenso prestígio que a personalidade radiosa, o caráter íntegro e o cabedal de conhecimentos magnífico do Grão-Mestre do Grande Oriente do nosso Estado, granjeiam não só em nosso meio, mas como unanimidade em toda a família maçônica e intelectualidade do nosso País.

Ao Sr. Ancelmo Falcão de Arruda, nossos votos de sucesso e pelo êxito em suas novas atividades.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL”

2ª) **PROJETO DE LEI:**

Dá nova redação ao Artigo 1º da Lei nº 5.729, de 02/01/91.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 5.722, de 02 de janeiro de 1991, alterado pela Lei nº 6.105, de 10 de novembro de 1992, passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 1º** Aos estudantes matriculados em escolas regularmente estabelecidas, fica assegurado um desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de ingressos para espetáculos e apresentações em cinemas, teatros, eventos esportivos e shows artísticos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

pertencentes ao Poder Público ou iniciativa privada, localizados em quaisquer municípios do Estado de Mato Grosso.

§ 1º Para usufruir dos benefícios constantes deste artigo, o estudante deverá comprovar sua dedicação através do porte de carteira estudantil, devidamente autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino, e expedida a critério do estudante pelas seguintes pelas seguintes pessoas jurídicas:

I - Estudante de nível superior:

A) União Nacional dos Estudantes - UNE.

B) Diretórios Centrais dos Estudantes - DCE.

C) Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de Mato Grosso - SINEPE-MT.

II - Estudante do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio (1º e 2º Graus):

A) Associação Mato-grossense de Estudantes Secundários - AME.

B) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES do Estado de Mato Grosso.

C) Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - SINEPE-MT.

§ 2º Para os alunos da rede particular de ensino será opcional o uso de carteira pela entidade estudantil ou pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de Mato Grosso - SINEPE-MT.

§ 3º As casas de espetáculos que descumprirem a determinação do caput terão seus alvarás cassados; por determinação da Delegacia Municipal de Polícia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as Leis nº 5.931, de 03/01/92 e nº 6.105, de 10/11/92 e demais disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente alteração na lei que regulamenta a expedição de carteira estudantil tem o objetivo de oferecer aos alunos matriculados um melhor atendimento, diversificando os convênios e as vantagens para a classe estudantil, com a permissão de que as carteiras sejam emitidas pelo órgão de representação estudantil ou pelo órgão de representação das escolas particulares, principalmente para os alunos matriculados na rede de ensino.

Com a emissão de carteiras estudantis pelo SINEPE-MT haverá um incremento nos convênios com entidades culturais e artísticas, objetivando tornar o documento estudantil, além de um instrumento de identificação, um meio de conseguir melhores condições para os estudantes.

As entidades estudantis, na maioria das vezes, têm dificuldades em implementar convênios, em elaborar as carteirinhas e atender os alunos, sendo que a possibilidade de emissão de carteiras pelo SINEPE-MT, haverá uma segurança maior, tanto na emissão quanto também nas vantagens de utilização.

Além do mais, o presente projeto uniformiza a legislação, dando-lhe clareza e corpo, sem prejuízo qualquer às entidades estudantis ou escolas públicas e particulares, pelo contrário, torna a carteira estudantil um documento confiável, passível de melhor aceitação pelos empresários da área de entretenimentos, o que não ocorre até o presente momento.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar Emendas ao Orçamento para beneficiar vários Municípios:

EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem n°
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

A dita-se, no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP no Projeto Transporte Rodoviário - PRODEAGRO - Código 16401831560000, a meta: 400 mts. de ponte de concreto para atender o Município de Cocalinho, nas seguintes localidades:

- 1) MT-326, ENTR. BR-158, RIO CORIXINHO, 75 mts.
- 2) MT-326, ENTR. BR-158, RIO CORIXÃO, 60 mts.
- 3) MT-326, ENTR. BR-158, RIO ÁGUA PRETA, 60 mts.
- 4) MT-326, ENTR. BR-158, VAZANTE RIO BONCAIA, 75 mts.
- 5) MT-326, ENTR. BR-158, RIO BONCAIA, 80 mts.
- 6) MT-326, ENTR. BR-158, RIO ÁGUA SUJA, 50 mts.

JUSTIFICATIVA

A infra-estrutura e o acesso tornam-se imperiosos para a garantia do desenvolvimento da região.

A reivindicação tem sido constante junto às autoridades competentes e junto a este Parlamento.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE-LÍDER DO PSB.

2ª) EMENDA MODIFICATIVA:

**Emenda Modificativa à Mensagem n°
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

A meta relativa ao Projeto Transporte Rodoviário - PRODEAGRO, código 160311560000, passa a ter a seguinte redação:

“META: Construir 2500 m² de pontes de concreto”, sendo 25 m sobre o Córrego Quebózinho, 50 mts. sobre o Córrego Quebó (Nobres-Mazargão); 60 mts. sobre o Rio Garças, 30 mts. sobre o Rio da Onça I (ENTR. BR-364/ Alto Garças-Diamantino; 40 mts. sobre o Rio Agua Suja (ENTR. MT-270 - Guiratinga ENTR. MT-107 - Diamantino, 30 mts. sobre o Rio Potreiro ENTR. MT-110 - Guiratinga - ENTR. MT-107 Diamantino, 50 mts. sobre o Rio Diamantino, ENTR. MT-110. Guiratinga - ENTR.MT-107 Diamantino; 25 mts. sobre o Rio Chico França, ENTR. MT-110 (Guiratinga) ENTR. MT-107 (DIAMANTINO)”.

JUSTIFICATIV

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

A presente Emenda Modificativa visa atender às reivindicações das referidas comunidades, que precisa de infra-estrutura básica para aquecer a economia da região.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB

3ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem nº
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP no Projeto Obras de Arte Especiais - Código: 168853711480000, a meta: 405 mts. de ponte do Convênio Brasil-Itália para atender os municípios de Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, ligando Porto de Fora-Mimoso-Mutum, nas seguintes localidades:

- 1) MT-040, VAZANTE, 25 mts.
- 2) MT-040, VAZANTE I, do Pantanal, 25 mts.
- 3) MT-040, VAZANTE II, do Pantanal, 15 mts.
- 4) MT -040, VAZANTE III, do Pantanal, 20 mts.
- 5) MT-040, VAZANTE IV , do Pantanal, 20 mts.
- 6) MT-040, VAZANTE V, do Pantanal, 20 mts.
- 7) MT-040, VAZANTE VI, do Pantanal, 20 mts.
- 8) MT-040, VAZANTE VII, do Pantanal, 20 mts.

JUSTIFICATIVA

O problema de acesso na região do Pantanal e escoamento da produção ficam bastante acentuadas, principalmente no período das águas.

Necessário se faz, portanto, a construção de pontes de concreto para sanar o problema, vindo atender a reivindicação dos produtores.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB

4ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem nº
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se, no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP no Projeto Obras de Arte Especiais - Código 168853711480000, a Meta: 160 mts de pontes do Convênio Brasil-Itália para atender os municípios de Parantina e Planalto da Serra, nas seguintes localidades:

- 1) MT-020, PLANALTO DA SERRA/PARANATINGA, 100 mts. sobre o Rio Teles Pires I.
- 2) MT-020 PARANATINGA/RIO CULUENE, 60 mts sobre o Rio Piçarrão.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

A presente Emenda Aditiva vem ratificar as reivindicações dos moradores dessas localidades às autoridades competentes para que consigam transportar suas produções sem maiores prejuízos, geralmente ocasionados pelas péssimas condições dos acessos.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB

5ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem n°
030/96 de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se, no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP no Projeto Obras de Artes Especiais - Código 168853711480000, a Meta: 105 mts. de pontes de concreto do Convênio Brasil-Itália para atender o Município de Juscimeira, MT-373, ENTR. MT-130 (POXORÉO) - ENTR. BR-364 (JUSCIMEIRA), Nas seguintes localidades:

- 1) 30 metros sobre o Córrego Matias
- 2) 45 metros sobre o Córrego Jacó
- 3) 30 metros sobre o Córrego Cainana.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB.

6ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem n°
030/96, de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se, no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP no Projeto Obras de Artes Especiais - Código 168853711480000, a Meta: 235 mts. de pontes do Convênio Brasil-Itália para atender os municípios de Guiratinga e Canarana, nas seguintes localidades:

- 1) MT-110 ENTR. MT-270 Guiratinga - Entrada MT-260 Tesouro-40 metros de ponte sobre o Córrego Cai-Cai.
- 2) MT-110 ENTRADA MT-270 (Guiratinga) - ENTR. BR-364, 25 metros de ponte sobre o Córrego da Onça.
- 3) MT-251 ENTR. MT-140 Chapada dos Guimarães, 20 metros de ponte sobre o Rio Casca.
- 4) MT-020 ENTR. MT-130 Canarana, 150 metros de ponte sobre o Rio Culuene.

JUSTIFICATIVA

As pontes são de extrema necessidade para essas localidades, pois o escoamento da produção sem elas fica interrompido, principalmente no período das águas.

Sala das Sessões, 05 de março de 1997.

Deputado ELIENE-LÍDER DO PSB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Moisés Feltrin.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar quatro Indicações de nossa autoria:

1ª) Indico ao Poder Executivo a necessidade de se adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Matias, localizado na Rodovia Estadual MT-373, que liga a BR-364, saindo do Município de Juscimeira até o Município de Poxoréo.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Eng. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, Dr. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, e ao Ilmº Sr. Vítor Cândia, Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de se adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Matias, localizado na Rodovia Estadual MT-373, que liga a BR-364, saindo do Município de Juscimeira até o Município de Poxoréo.

JUSTIFICATIVA

A rodovia estadual MT-373 é uma rodovia de curta distância, mas de muita importância para a região de Juscimeira e Poxoréo, devido às muitas propriedades rurais ali existentes, que dão basicamente a grande parcela na arrecadação de ambos os municípios.

Porém, as pessoas que lá moram e trabalham suas terras diuturnamente, que produzem a agricultura de sustentação, há muito vêm sofrendo com as péssimas condições das estradas, principalmente das pontes. Daí vem o nosso pedido aos governantes deste Estado, para que efetivem a construção urgentemente de uma ponte de concreto sobre o Córrego Matias, localizado na MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira e Poxoréo, sanando parte dos problemas aqui citados.

Sala das Sessões, em 05/03/97.

Deputado MOISÉS FELTRIN - Líder do PFL

2ª) Indico ao Poder Executivo a necessidade de se adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Coruja, localizado na Rodovia Estadual MT-260, que liga os Municípios de Dom Aquino e Poxoréo.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Eng. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, Dr. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto e ao Ilmº Sr. Vítor Cândia, Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de se adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Coruja, localizado na Rodovia Estadual MT-260, que liga os Municípios de Dom Aquino e Poxoréo.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Estadual MT-260 é a principal via de ligação direta entre as cidades de Dom Aquino e Poxoréo e a de menor distância, sem a necessidade de dar uma grande volta, passando pela BR-364. A região é riquíssima, tanto na pecuária quanto na agricultura. Porém, apesar de sua importância, a MT-260 ainda não está asfaltada, ficando,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

assim, no esquecimento por parte das autoridades competentes, sem os elementares serviços de conservação, o que ocasiona os estragos e buracos, danificando pontes, principalmente as de madeira. Daí a necessidade de se construir, urgentemente, uma ponte de concreto sobre o Córrego da Coruja, na MT-260, a mais afetada com a deteriorização do tempo, principalmente em épocas de chuva.

Sala das Sessões, em 05/03/97.

Deputado MOISÉS FELTRIN - Líder do PFL

3ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Jacó, localizado na Rodovia Estadual MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira e o entroncamento da MT-130, no Município de Poxoréo.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Antônio Joaquim Moraes Neto, e o Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Vitor Cândia, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Jacó, localizado na Rodovia Estadual MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira e o entroncamento da MT-130, no Município de Poxoréo.

JUSTIFICATIVA

A riqueza gerada pela região dos Municípios de Juscimeira e Poxoréo, com excelentes rebanhos bovinos e produção agrícola de primeira qualidade, merece por parte do Governo do Estado uma atenção mais especial.

Assim sendo, pedimos ao Governador do Estado que autorize em regime de urgência a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Jacó, que fica localizado na Rodovia Estadual MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira, e o entroncamento da MT-130, no Município de Poxoréo, facilitando o tráfego de todos aqueles que necessariamente passam por aquela localidade e também do escoamento das safras.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.

Deputado MOISÉS FELTRIN - PFL

4ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Cainana, localizado na Rodovia Estadual MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira, e a MT-130, no Município de Poxoréo.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Antônio Joaquim Moraes Neto, e o Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Vitor Cândia, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Cainana, localizado na Rodovia Estadual MT-373, entre a BR-364, em Juscimeira, e a MT-130, no Município de Poxoréo.

JUSTIFICATIVA

O péssimo estado de conservação das estradas que cortam o Estado de Mato Grosso, principalmente, as estradas sem pavimentação asfáltica, está trazendo sérios transtornos para o transporte da safra deste ano.

Se não bastasse a precariedade das estradas, as pontes estão em petição de miséria. Somente com as construções de pontes de concretos é que estes graves problemas serão sanados, principalmente com a construção de uma ponte de concreto sobre o Córrego Caiana, localizado na MT-373, que liga o Município de Poxoréo à BR-364, já no Município de Juscimeira.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1997.
Deputado MOISÉS FELTRIN - PFL

O SR. PRESIDENTE - Gostaria de comunicar ao Deputado Humberto Bosaipo que a sua matéria encontra-se incompleta, uma vez que falta a cópia da Lei que neste momento, através desta propositura, está sendo modificada. Então, eu gostaria que o ilustre Deputado providenciasse a cópia da Lei nº 5.729, de 02/01/91, para compor o processo que V. Ex^a apresenta neste momento.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu solicito que o Consultor dos Deputados, Sr. Francisco Monteiro, tome as devidas providências.

O Sr. Chico Daltro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Eu gostaria apenas de alertar ao nobre Deputado Humberto Bosaipo que o nosso Regimento Interno determina...

A Mesa está aceitando o Projeto em virtude de que V. Ex^a se compromete em anexar a cópia da Lei ao Projeto.

O Sr. Humberto Bosaipo (FALA DE SUA BANCADA) - Eu não vou colocar nada! Quem vai tomar as devidas providências é o nosso Consultor Técnico-Jurídico, Francisco Monteiro.

O Sr. Chico Daltro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, apenas para apresentar aqui, a pedido, a justificativa das Deputadas Zilda e Serys Shessarenko, de não estarem nesta Sessão, por estarem participando de uma solenidade pelo Dia Internacional da Mulher, na Câmara Municipal de Várzea Grande. Elas nos solicitaram que apresentasse a justificativa, posto que, como Deputadas, estão representando este Parlamento na Câmara Municipal de Várzea Grande naquela solenidade.

Externamos, também, os nossos cumprimentos a todas as mulheres matogrossenses e brasileiras, pela passagem dessa data. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Determino ao setor competente para tomar as devidas providências à solicitação feita pelo Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Eliene (AUSENTE). Com a palavra, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

nobre Deputado Gilmar Fabris (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de 40 minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero reproduzir aqui um apelo da Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso e também um pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro, do PFL no Senado Federal, alertado que foi pela Confederação Nacional de Agricultura, sobre a exigibilidade bancária do crédito rural. É um problema que atinge todos os produtores do Estado de Mato Grosso.

Passou a ser modismo, Sr. Presidente, no Governo, dizer que todos os empreendimentos na agropecuária devem ser tocados pela iniciativa privada, porém, quem detém a política monetarista, o campo, o Tesouro Nacional e a fábrica de dinheiro é o próprio Governo Federal.

Passo, Sr. Presidente, a reproduzir palavras do eminente Senador Jonas Pinheiro, na Sessão do Senado Federal do dia 05 de fevereiro de 1997, onde o assunto, que foi a redução do financiamento para a agricultura, atinge em cheio os produtores do Estado de Mato Grosso. Diz o Senador:

“Tenho em minhas mãos um Boletim editado de 20 de janeiro do corrente, pela Confederação Nacional da Agricultura, alertando sobre os reflexos negativos para a agricultura de decisão do Conselho Monetário Nacional, do último dia 22 de janeiro, que acaba com o direcionamento da exigibilidade bancária no crédito rural.

A consequência imediata dessa decisão será uma drástica redução nos recursos a serem aplicados pelos bancos nos financiamentos das culturas de produtos da cesta básica e na agricultura de pequeno porte.

Pela legislação até então em vigor, as instituições financeiras são obrigadas a aplicar 25% do total dos depósitos à vista em crédito rural; são as chamadas exigibilidades bancárias. Atualmente, os 25% sobre os saldos dos depósitos à vista nos bancos (estimados, hoje, em 13 bilhões) representam 3,25 bilhões, já quase totalmente aplicados no financiamento às atividades agrícolas.

A partir de agora, com a recente decisão do Conselho Monetário Nacional, os bancos não serão mais obrigados a aplicar os recursos da exigibilidade no financiamento dos agricultores, com renda até R\$ 30 mil, e nas culturas básicas, como arroz, milho, feijão, trigo e a mandioca, que são produtos da cesta básica do trabalhador brasileiro.

Assim, o sistema financeiro poderá utilizar 25% dos depósitos à vista das culturas de sua preferência, isto é, naquelas que certamente apresentarem maior rentabilidade e não mais naquelas consideradas importantes para o abastecimento e exploradas pela maioria dos pequenos produtores rurais.

Sr. Presidente, com a estabilidade monetária, aumentam-se os depósitos à vista e os recursos oriundos das exigibilidades bancárias passam a ser a principal fonte de financiamento da agricultura.

Com a entrada em vigor da cobrança do CPMF e com o abandono dos fundos de curso prazo, poderia ter-se um aporte adicional de recursos na exigibilidade bancária estimada entre setecentos milhões e um bilhão de reais.

Agora, com o fim do direcionamento do crédito rural, esses recursos dificilmente representarão uma injeção adicional no financiamento agrícola, justamente na fase de início de processo de comercialização da atual safra.

Com essa decisão, o Governo Federal investe uma prioridade e abre mão de um dos mais importantes instrumentos de política agrícola. Como os empréstimos são concedidos aos agricultores a taxas favorecidas de 12% ao ano, as exigibilidades bancárias

deveriam, sim, ser priorizadas como fonte de crédito, até mesmo para reduzir os gastos do Tesouro Nacional com a equalização dessas taxas, já que não são remuneradas na captação.

Essa é uma decisão lastimável do Conselho Monetário Nacional, que merece o repúdio de todos aqueles que conhecem o setor agrícola, as suas carências e as suas necessidades, sobretudo a nível de pequenos produtores.

De que adianta, Sr. Presidente, todo esse esforço para se tentar promover a reforma agrária, para se assentar agricultores no campo, se são suprimidos os atuais mecanismos de apoio para os pequenos produtores rurais, os quais possibilitam, ainda, que milhares deles se mantenham em suas atividades?

No momento atual, reduzir o apoio aos pequenos produtores rurais é fatalmente provocar a sua expulsão do campo e acelerar, ainda mais, o êxodo em direção às cidades, engrossando o contingente dos 'sem-terra', dos 'sem-casa' e dos 'sem-emprego'.

Como Parlamentar, comprometido com a agricultura e com os agricultores, não posso me calar ante essa questionável decisão do Conselho Monetário Internacional.

Faço essa denúncia da Tribuna desta Casa e, mais, levanto questionamentos sobre os verdadeiros interesses de uma medida dessa natureza, que penaliza a agricultura e os pequenos agricultores brasileiros.

O Governo Federal tem o compromisso de esclarecer aos agricultores e à sociedade os reais objetivos dessa medida, até para que não parem dúvidas, não comprometa a sua própria imagem e não jogue por terra as decantadas intenções de dar prioridade à agricultura brasileira e apoiar os pequenos agricultores.”

Nós, Sr. Presidente, recebemos, aqui, do Sr. José Antônio de Ávila, Presidente da FAMATO, este apelo para que pudéssemos trazer aos Deputados Estaduais exatamente a preocupação do Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, um outro assunto que gostaríamos de abordar, nesta Casa, é exatamente comunicar aos Parlamentares da Casa - e vamos fazer uma Comissão Especial para tratar desse caso - que a idéia de se realizar um encontro de Deputados Estaduais na Região Centro-Oeste, aqui em Cuiabá, está surtindo um efeito extremamente favorável.

Diversos Parlamentares de outros Estados demonstraram interesse em estar debatendo, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão do FCO que atinge, em cheio, a nossa Região Centro-Oeste, a questão das hidrovias - tão bem levantada aqui pelo Deputado José Lacerda, que deverá, inclusive, fazer uma palestra aos Deputados Estaduais sobre esse tema - a questão da ferrovia, e a questão da rearticulação do antigo SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que é uma necessidade premente para a Região Centro-Oeste brasileira.

Um outro aspecto importante que deveremos discutir nesse encontro, Sr. Presidente, é a questão do meio ambiente - do Santuário Ecológico do Pantanal, da Chapada dos Guimarães - o intercâmbio entre os Estados co-irmãos, principalmente os Estados que fazem divisa com Mato Grosso, para que, numa ação conjunta entre as Secretarias de Fazenda de todos esses Estados, nós possamos trabalhar no combate à evasão fiscal. Mato Grosso, só na Região do Baixo Araguaia, na Região do Xingu, na altura da Região de Vila Rica, perde centenas de milhares de reais em ICMS, porque ali sai o gado sem Guia, ali passa o produto para o Nordeste sem Guia e, com isso, estamos perdendo recursos e essa parceria com esses Estados co-irmãos, que fazem divisa conosco, é extremamente importante.

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado José Lacerda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

O Sr. José Lacerda - Deputado Humberto Bosaipo, esse encontro que se realizará e que nós já estamos discutindo sobre ele, há algum tempo, é extremamente importante para se discutir todos os programas regionais.

Nós estamos assistindo constantemente, por parte dos blocos do Nordeste, a defesa dos programas do Nordeste, estamos assistindo pela imprensa, pelo *Diário Oficial da União*, estamos lendo constantemente a liberação de recursos que são feitos também ao Sul do País, porque, na realidade, quando nós temos um potencial econômico, um rebanho bovino da ordem de 15 milhões de cabeças, 3 milhões de metros cúbicos de madeira/ano, 20 toneladas de ouro/ano, 11 milhões de toneladas de cana/ano, 7 milhões de toneladas de grãos/ano e quando jogamos tudo isso no PIB nacional, nós estamos representando 1.5, 1.6 e estamos fora do PIB, da distribuição de verbas do País. Estamos recebendo exatamente as migalhas que vêm do País.

Nessa linha, Deputado Humberto Bosaipo, Srs. Deputados, nós fizemos alguns contatos também com outros Deputados Estaduais do Centro-Oeste Sul-americano, a Região da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, da região norte do Chile e sul do Peru, que se colocaram também à disposição para vir participar desse encontro, para também discutir essa questão, dentro desse programa da integração regional do Brasil, dos Estados do Centro-Oeste, mas também querem discutir essa questão do Centro-Oeste sul-americano nesse encontro que vai ser sediado por esta Casa, aqui no Estado de Mato Grosso. Por exemplo, a hidrovía Guaporé/Mamoré beneficia o Brasil e também a Bolívia. A Hidrovía Paraguai/Paraná é um interesse do Brasil, da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Então, esses são interesses comuns.

Por isso, Deputado Humberto Bosaipo, a importância desse encontro. Peço também que se defina os nomes dos membros da comissão que vai tratar desse assunto o mais breve possível, exatamente para ver os custos operacionais desse encontro, porque isso demanda prazo para a organização, decisão quanto aos títulos que serão debatidos, títulos de peso, temas importantes para o Brasil, para a região Centro-Oeste, especificamente...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO DE APARTE ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O Sr. José Lacerda - ... e também para o Centro-oeste Sul-americano.

Agradeço o aparte, Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Exatamente, Deputado José Lacerda, esse é o objetivo. Já na próxima semana - após a votação do Orçamento, porque a Casa, o Colégio de Líderes priorizou que pudéssemos votar esse Orçamento o mais breve possível - nós vamos tratar desse encontro, que V. Ex^a é um dos coordenadores.

Eu dizia que nós temos problemas sérios e precisamos unir as bancadas estaduais e federais. Vejam só: o Governador de Goiás, nosso Estado co-irmão e vizinho, o Dr. Maguito Vilela, conseguiu para a região sudeste de Goiás, mais precisamente para a região de Rio Verde e Jataí, a instalação de uma indústria de abate de frangos, que, de cara, ilustre Deputado, vai gerar, entre empregos direto e indireto, mais de 1.500 empregos para a região. E essa indústria estava procurando um lugar com o mesmo perfil que nós apresentamos, hoje, na região de Primavera do Leste e Campo Verde, que V. Ex^a conhece tão bem. Porém, lamentavelmente, não tivemos nenhum tipo de ação efetiva para trazer essa indústria para o Estado. O Governo de Goiás abriu as portas e está aí, fez inclusive uma propaganda a nível nacional, e com muita competência conseguiu trazer essas...

O Sr. José Lacerda - Conceda-me mais um aparte, nobre Deputado Humberto Bosaipo?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ... e outras empresas gerando empregos, que é a nossa principal preocupação.

Pois não, Deputado.

O Sr. José Lacerda - Um tema importante a ser debatido é essa guerra fiscal, Deputado.

Mato Grosso sofre muito nessa guerra fiscal. São Paulo, pelo potencial econômico que tem, e outros Estados brasileiros estão, hoje, com possibilidade de fazer concessões nessa questão tributária e fiscal que o Estado de Mato Grosso não tem capacidade para suportar. Isso é uma questão muito violenta, e o Governo Federal tem que fazer uma regulamentação desses processos para que haja uma uniformidade nessa questão fiscal e tributária, porque incentivos, isenção fiscal, por exemplo, do ICMS, que alguns estados estão concedendo para Mato Grosso, seria totalmente inviável. Apesar de entendermos que sem esses incentivos não seria possível atrair para Mato Grosso empresários, pessoas que têm capacidade financeira para fazer investimento, e o capital não tem fronteira. O capital instala-se onde ele consegue maior lucro.

Por isso, eu entendo que essa questão fiscal deva ser debatida também nesse encontro, porque os Estados do Centro-Oeste estão sendo penalizados pelo Sul do País, principalmente por São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Não tenha dúvida, Deputado, de que esse é um tema que vai aflorar certamente nos debates, principalmente porque, como disse o ilustre Parlamentar, nós estamos “sofrendo na carne”. Nós estamos sofrendo há muito tempo essa pressão do Estado de São Paulo. Mas as experiências riquíssimas nos outros Estados - e essa talvez seja uma das questões que vai ser debatida aqui - o que está dando certo em Goiás, em Mato Grosso do Sul, o que está dando certo em Rondônia, que está querendo participar do Encontro, o que está dando certo aqui em Mato Grosso na questão político-administrativa dos Estados, essa é uma oportunidade ímpar para discutirmos e até fazermos um intercâmbio de ação. Agora mesmo, Deputado José Lacerda - e V. Ex^a vai comigo, possivelmente já no final de março -, vamos conhecer o Programa de Alimentação de Goiás, e vamos a Palmas, no Estado do Tocantins, levando os Prefeitos do Baixo Araguaia para discutir com o Governo Siqueira Campos exatamente a possibilidade de nós energizarmos o Baixo Araguaia através do convênio CELTINS/CEMAT, passando pela Ilha do Bananal, na Reserva Indígena dos Carajás, que já se abriu para que os Municípios de São Félix, Luciara, Santa Terezinha, de toda a região do Complexo do Baixo Araguaia já passe, de carro, pela Transcarajás, pela Ilha do Bananal. Para V.Ex^{as} terem uma idéia, São Félix do Araguaia está a 180 quilômetros da Belém/Brasília, que é totalmente asfaltada e que atravessa o Estado de Goiás, de Tocantins e do Pará.

Ora, nós vamos a Palma, levando dez Prefeitos, o Governador Siqueira Campos já deu o sinal de que vai nos receber e que tem interesse em colocar energia no Baixo Araguaia. O excedente da CELTINS - Centrais Elétricas do Tocantins poderá abastecer a região do Araguaia. E aí nós vamos convidar outros Parlamentares que têm interesse no desenvolvimento da região, como é o caso do Deputado Wilson Santos, que já tem um trabalho na área agrícola, na região do Baixo Araguaia, que fez um trabalho brilhante na distribuição de sementes e na conquista desses tratores junto ao Governo Federal, junto com o Governo Fernando Henrique Cardoso, o PSDB a nível nacional conseguiu mandar para Mato Grosso. Enfim, foi um trabalho que vai beneficiar a nossa região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Ora, vamos fazer esse intercâmbio com o Governador de Tocantins, o Governador Siqueira Campos! Vamos tentar energizar uma região, porque a linha, Deputado Manoel do Presidente, seria de menos de 100 quilômetros. A Reserva Indígena dos Carajás, que já permitiu a abertura da estrada, a Transcarajás, que é o grande sonho nosso, do Baixo Araguaia, chegarmos a Belém/Brasília, chegarmos a Goiânia/Gurupí, a Imperatriz do Maranhão, chegarmos com a energia àquela região. E aí nós vamos a Palma, em Tocantins, e estamos aguardando apenas o Governador de Tocantins voltar da Itália, pois ele tem extremo interesse em fazer essa parceria com Mato Grosso.

O Sr. Wilson Santos - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Wilson Santos.

O Sr. Wilson Santos - O Deputado Humberto Bosaipo coloca muito bem a necessidade de infra-estrutura naquela região do Baixo Araguaia, notadamente o insumo da energia, daí a conseqüência do eterno grito de separação, de autonomia daquela região, hoje compreendido por V. Ex^a.

Mas, há também um obstáculo que nós temos que transpor e aí é um trabalho do Senado. A Ilha do Bananal, senão toda, pelo menos boa parte ocupada pelos índios, é proibida de ser atravessada por rede de energia elétrica. Os territórios indígenas são proibidos, e o Senador Jonas Pinheiro trabalha essa questão muito bem no Senado.

Eu penso que seria interessante, nobre Deputado, fazermos aqui na Assembléia, senão uma sessão, pelo menos uma audiência pública, com a presença do Senador Jonas Pinheiro, para que ele pudesse trazer vários projetos que tem, onde o Senado autorizaria a construção de hidrelétricas, passagens de linhas telegráficas, de energia elétrica, até porque os próprios índios estão de acordo com essa questão. Não há polêmica nessa questão. Se nós conseguirmos fazer com que o Projeto do Senador seja aprovado, nós vamos dar um passo enorme para a melhoria e qualidade de vida dos índios, permitindo o trabalho, permitindo mais conforto para a energização das suas aldeias e fazendo a ponte de Tocantins para o Baixo Araguaia, garantindo suprimento que daqui para lá dificilmente vai chegar tão cedo e, lá, está na porta. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Exatamente!

Apenas para completar o raciocínio de V. Ex^a - já que eu conheço bem a região, sou filho da região - queremos dizer que nós temos uma ponte no Município de Couto Magalhães que faz divisa com Conceição do Araguaia, no Pará. Em Couto Magalhães, Município do Tocantis, há aquela passagem. Há necessidade de se construir uma ponte próxima a São Félix, ou próxima a Santa Terezinha, principalmente na região do Fundo de Pedra, onde o rio é mais estreito e é exatamente por isso que se chama Fundo de Pedra, onde as embarcações passam apenas por um canal. E esse estudo também está sendo providenciado. Trazermos aqui o índio Vereador, da Ilha do Bananal, que tem lá em São Félix, já no seu segundo mandato - e o Iandiaru é um índio extremamente competente. Os índios abriram, para que V. Ex^a tenha uma idéia, a Ilha. Ela está toda patrolada, quase 200 quilômetros, no verão, quando o acesso de carro é permitido. Obviamente que os índios estão exigindo apenas o pagamento de um pedágio para a sobrevivência dos Carajás, que lamentavelmente a FUNAI abandonou completamente. Talvez, seja uma das tribos indígenas que está mais deteriorada com os costumes dos brancos. E aí é o trabalho desse Vereador e de outros da região, inclusive do Baixo Xingu, que possibilitou a abertura e esse trabalho do Senador Jonas Pinheiro encabeça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Eu acho interessante, além de trazer o Senador, trazer a representação indígena, trazer os líderes, os vereadores, os prefeitos interessados e montarmos esse complexo. Porque a Universidade Nacional de Brasília, a UNB, através de um trabalho árduo - de muito contato nosso, de muito contato com os prefeitos da região - desenvolve, todo mês de julho, um trabalho brilhante na área de Saúde, na região do Baixo Araguaia, que é o tratamento das cataratas, atualmente, iniciado pela UNICAMP, como V. Ex^a sabe.

Trouxemos esse programa, há uns três anos atrás, para Juara, conseguimos que o Dr. Kara José, que é um dos médicos responsáveis na UNICAMP por esse tratamento, implantasse esse tratamento de cataratas. E a Universidade Nacional de Brasília tem um projeto piloto sobre tratamento de cataratas.

Ora, já há um estreitamento de relações entre Brasília e a nossa região. Agora mesmo, o Governador inaugura o Aeroporto de São Félix do Araguaia! Um trabalho que começou no Governo Jayme Campos, conseguimos parte dos recursos e o Governador Dante de Oliveira, agora, vai inaugurar o aeroporto, que passa a substituir o Aeroporto de Santa Isabel, na Ilha do Bananal, que foi desativado, exatamente por ser uma reserva indígena.

Agora, aonde que nós podemos chegar nessa parceria que estamos propondo? Qual é a finalidade de estarmos nos aproximando de Tocantins?

É porque lá, Deputado Wilson Santos, eles estão com excedente de energia! Eles estão com a tecnologia avançadíssima nessa área. Há um interesse, e eu falava antes de V. Ex^a chegar ao Plenário, de se fazer um combate à evasão fiscal na região, e que V. Ex^a sabe é astronômica. Há um interesse de se preservar o meio ambiente, preservar o Rio Araguaia, que é muito mais goiano do que mato-grossense!

Está aí essa última novela, *O Rei do Gado*, que pegou apenas uma parte do Araguaia, a região de Cocalinho, porque aquela fazenda onde foi filmada fica a 35 quilômetros abaixo de Cocalinho, que é a Fazenda da Rede Globo.

Então, essa parceria entre os três Estados é que vai possibilitar esse desenvolvimento mais rápido.

O Sr. Wilson Santos - Quero só parabenizar V. Ex^a, até pela proposta original de se fazer aqui um grande seminário com os Parlamentares do Centro-Oeste, numa demonstração clara, no seu discurso, Deputado, das prováveis soluções que nós temos, desde que nos sentemos juntos.

A questão indígena é uma questão profunda. Nós temos a MT-235, que era interrompida pela Reserva Utiariti, no Chapadão do Parecis, São José do Rio Claro, para se atingir Campo Novo do Parecis não se atinge, porque há a Reserva. Então, nós temos uma série de questões que devem ser resolvidas a médio e curto prazo, e nós temos que nos sentar logo. E há uma proposta concreta no Senado, do Senador mato-grossense, Jonas Pinheiro, e nós gostaríamos de conhecer essa proposta e ver quais são as possibilidades dela ser aprovada o mais breve possível, inclusive num debate, nesse próprio seminário, porque é nessas regiões Centro-Oeste/Norte que há maior concentração de reservas indígenas.

Parabéns pela preocupação e por sentir que tudo passa pela unidade do Centro-Oeste. Juntos, nós temos que buscar uma série de alternativas e solucionar problemas que, se aqui são problemas, em Tocantins é sobra. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu é que agradeço, Deputado. V. Ex^a, que vai ser Deputado Federal, agora, a partir de 99, precisa encampar exatamente essas idéias.

Veja só, Deputado José Lacerda, eu mantive contato, ontem, com a Companhia de Água do Estado de Goiás-SANEAGO. Por que é que eu insisto na tese de estar mantendo contato em Goiás? Porque o nosso Mato Grosso é um Mato Grosso goiano! Nós

fazemos divisa, de Alto Taquari, praticamente, a Vila Rica, com o Araguaia, com o Estado de Goiás e com o Tocantins.

Veja só: o Governo Dante de Oliveira apregoa que quer municipalizar a SANEMAT - o que eu acho certo. O município que tiver condições de municipalizar água, Deputado Batico de Barros, que municipalize!

Lá em Pontal do Araguaia, que é um município de bifurcação entre o Aragarças, Goiás e Barra do Garças, a SANEMAT não existe lá, nós não temos água da SANEMAT. Entramos em contato com o Estado de Goiás, a SANEAGO se propõe a vender para Pontal do Araguaia, através de Aragarças, que é só atravessar o Rio Araguaia, a água para abastecer o Município de Pontal do Araguaia, o que fica muito mais barato do que se tivéssemos que fazer um sistema de abastecimento ou municipal ou estadual. Ora, se nós já temos água bombeada, tratada, num município, e que está a apenas, eu diria, 300 metros, por que nós vamos gastar dinheiro do Estado, dinheiro do município, se nós podemos abastecer aquela região? Se eu quiser falar com Torixoré, a cidade do Deputado Lincoln Saggin, eu ligo o DDD 062, que é o código de acesso! Exatamente por quê? Porque fizemos uma parceria com a TELEGOIÁS, que é o sistema de telefonia em Goiás, e ela abasteceu ali aquela região de Ponte Branca, de Ribeirãozinho, de Torixoré e até de Pontal do Araguaia, usando a torre da TELEGOIÁS! Então, não precisamos investir nenhum cruzeiro ali! O retorno é muito bom, porque agora a TELEMAT já chegou com satélite, nesse programa da Itália, mas resolve o problema de uma região que estava isolada. Então, esse tipo de trabalho é que nós temos que propor aqui.

A Assembléia Legislativa tem a obrigação de ajudar a administrar Mato Grosso, nós somos autoridades constituídas para isso.

Veja só, Deputado José Lacerda, o problema do escoamento da nossa produção! Nós já debatemos aqui que é um problema grave. Nós temos que mandar para o Porto de Tubarão os nossos produtos primários. E o frete sai muito caro. Mas nós temos aqui as nossas portas - e eu diria, usaria uma palavra mais forte - “arreganhadas” para a classe empresarial de Mato Grosso, para o MERCOSUL, que já vem possibilitando um intercâmbio comercial muito grande. No Aeroporto Internacional de Várzea Grande, Sr. Presidente, temos linhas diretas com países pertencentes ao MERCOSUL. Já há uma facilidade de se trocar produtos. Temos que lutar para que o MERCOSUL efetivamente se instale e que definitivamente possamos ter lucro, gerar empregos aqui, com relação ao MERCOSUL.

Nesse encontro, Srs. Deputados, nós queremos atrair para cá os prefeitos e os vereadores, para que possamos desde já fazer uma campanha, Sr. Presidente, para que se aumente o alistamento eleitoral de Mato Grosso. Com um pouquinho de esforço da nossa parte, nós podemos colocar a representatividade federal, em Brasília, em dez Deputados Federais; com um pouquinho de esforço, nós podemos colocar trinta Deputados estaduais nesta Casa, possibilitando um leque de representatividade em todo o Estado.

Todos hão de convir que é muito difícil estar aqui em Cuiabá, como Deputado Estadual, e ter que estar diariamente representando o Município de Aripuanã, representando os Municípios de Vila Rica, de Guarantã do Norte. São situações que já exigem, inclusive, a discussão do voto distrital e do voto distrital misto, que deverá ser efetivado no ano 2002. Talvez precisemos achar uma fórmula... E a fórmula ideal é aumentar o número de representantes nesta Casa, para que todo o Estado se sinta representado, para que não ocorra, Deputado Benedito Pinto, o espírito de divisão que há em Mato Grosso. Aí o cidadão cuiabano passará a odiar o povo do Araguaia, porque o povo do Araguaia quer se emancipar de Mato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Grosso; passará a odiar o povo do Nortão, que já fala em divisão do Estado... Mas, é exatamente por causa das carências existentes nessas regiões.

Para se ter uma idéia - e aí está um Deputado divisionista, o Deputado Jorge Abreu - nós não temos uma emissora de rádio em Mato Grosso, nenhuma que atinja o Estado todo. Nós não temos, Sr. Presidente, um órgão de imprensa, e agora me parece que a TV Gazeta, a TV Centro-América e a Brasil-Oeste estão fazendo acesso via satélite, inclusive a TV Digital, para que cheguem as notícias de Cuiabá ao interior do Estado. Há uma falta de integração, exatamente pela falta de comunicação. Exatamente pela falta de comunicação! A Rádio Nacional de Brasília é a ouvida no Norte do Estado, no Araguaia, na Região de Cáceres...

Esses são problemas comuns, Srs. Deputados, que nós temos, obviamente, que discutir aqui com as representações estaduais.

Ora, Mato Grosso - como disse o Deputado José Lacerda - é um Estado extremamente produtor, que tem sérios problemas. Problemas que estamos resolvendo a passos lentos, como é o caso, por exemplo, do combate à febre aftosa...

O Sr. José Lacerda (FALA DA SUA BANCADA) - Dez anos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Dez anos, me lembra o Deputado José Lacerda.

... para que possamos entrar no Mercado Comum Europeu com a nossa carne; para que possamos, inclusive, incentivar o produtor.

A bacia leiteira, Deputado Moisés Feltrin - que é um entendido desse assunto - carece de um programa nacional de envergadura.

E um outro aspecto que nos preocupa, Deputado Moisés Feltrin, é na votação aqui das emendas do Orçamento da área Federal. Algumas rodovias, que são consideradas ou eram consideradas BR's Federais, não foram contempladas como BR's no Orçamento da União. E aí eu alertei o Senador Carlos Bezerra, alertei o Senador Júlio Campos e o Senador Jonas Pinheiro, quanto a uma rodovia que considero extremamente importante, que é a Rodovia BR-158, que corta toda a região do Araguaia, e que estava fora do Orçamento da União de 97, não considerada rodovia federal. Ora, o que viria acarretar a não inclusão dessa rodovia como rodovia federal? O Governo Estadual teria que manter o recapeamento de asfalto, a manutenção dessa estrada e até o asfaltamento da maioria da estrada que falta.

Nós tivemos para esta área, e eu estou falando de uma forma global, Sr. Presidente, o Fundo Estadual de Rodagem e há, inclusive, um Projeto de Lei, de autoria do Deputado Benedito Pinto. Qual era a finalidade do Fundo Estadual? Exatamente concentrar recursos que seriam aplicados, exclusivamente, na recuperação de estradas. Exclusivamente! Olha, e esse Fundo vinha dando certo nos três primeiros meses, com o montante de dinheiro que já tinha o Fundo, Deputado Benedito Pinto, daria para se fazer todo o arranca-safra que foi feito em parceria com os agricultores, com o comércio, com as prefeituras. Lamentavelmente, o Fundo foi extinto. E eu gostaria que V. Ex^a voltasse com esse Projeto agora...

O Sr. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao orador que ocupa a tribuna que dispõe de três minutos para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Moisés Feltrin (FALA DA SUA BANCADA) - Pedirei a palavra, pela Liderança, e concederei o tempo a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Moisés Feltrin.

Eu gostaria que V. Ex^a voltasse, novamente, com o Projeto do Fundo Estadual de Estradas de Rodagem, aqui, para que pudéssemos, novamente, fazer uma política - e aí está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

convocado o Dr. Vitor Cândia e o Dr. Novelli para vir e discutir isso, aqui, conosco - de transportes de recuperação de rodovias.

Além do que, Sr. Presidente, o Banco do Estado de Mato Grosso, que sofre esse processo de privatização, poderia ser transformado num banco de fomento, poderia aproveitar toda essa massa de trabalhadores que estão preocupados, hoje - e com razão, porque a maioria é composta de pais de família - em perder os seus empregos.

Nós teríamos, Sr. Presidente, que buscar a transformação desse Banco. Hoje, eu conversava com a Dr^a Lúcia Vânia, que veio aí representando o Governo Federal...

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE - Concedido, Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Nós transferimos o nosso tempo para o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de mais quinze minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço ao nosso Líder, Deputado Moisés Feltrin, pela deferência.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Romoaldo Júnior que assuma a Presidência, para que eu possa fazer um aparte ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

(O SR. DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 21:40 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o ilustre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço, com prazer, o Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Humberto Bosaipo começava, neste momento, a falar a respeito do processo de privatização do Banco do Estado de Mato Grosso.

Deputado Humberto Bosaipo, primeiramente eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento a respeito da situação do nosso Estado, englobando o estado dos seus quatro cantos, que V. Ex^a bem conhece.

Agora, quando V. Ex^a falava sobre a privatização do BEMAT, queremos dizer que estou fazendo um estudo, Deputado Humberto Bosaipo, por uma preocupação que é própria desta Casa, e eu gostaria de, neste aparte, solicitar de V. Ex^a apoio para um Projeto de Lei, que estarei apresentando amanhã, modificando a Lei que autoriza o Governo do Estado a privatizar o BEMAT e a CEMAT, porque nós nos esquecemos, quando aprovamos esses dois projetos, de um assunto muito importante, que hoje é tema nacional e preocupação dos Poderes Legislativos, que é quanto ao uso de moedas, de papéis usados como moedas podres, na aquisição de bens em privatizações. Então, eu estou apresentando um projeto de lei proibindo que, na venda da CEMAT e na venda do Banco do Estado, seja aplicada qualquer tipo de moeda que não seja moeda de primeira. Nós estaremos proibindo que, na venda da CEMAT e do BEMAT, sejam aceitas cartas de crédito da Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Eu creio que contarei com o apoio dos Deputados e, sem dúvida, nós estaremos dando, pelo menos, essa garantia de que o papel que foi pago na venda dessas empresas do Estado de Mato Grosso seja papel de boa qualidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Então, eu quero aproveitar o aparte, Deputado, já que V. Ex^a fala de vários assuntos e a nossa responsabilidade no processo é passar por essa tomada de providência, para dizer que eu quero contar com o seu apoio, Deputado Humberto Bosaipo. E agradeço o aparte concedido por V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço e vou-me incorporar na sua luta, Deputado.

Realmente, nós não podemos pagar com moeda podre - principalmente com moedas podres -, essas transações comerciais.

Mas quero dizer, Deputado, que dois outros assuntos nos preocupam muito. Eu vejo a luta às vezes silenciosa, difícil, porque também já passei por essa luta, de algumas pessoas, de alguns líderes abnegados, que é a questão, Sr. Presidente, que o Governo do Estado anuncia, e o Deputado Moisés Feltrin vai trazer esse tema aqui, que a EMPAER passa a não fazer parte do PRODEAGRO, passa a não gerenciar O PRODEAGRO, principalmente em alguns setores vitais.

Olha, Deputado, será um absurdo se o Governador Dante de Oliveira tirar a EMPAER de um programa de desenvolvimento agro-ambiental, que nós, no Governo Jayme Campos, fomos a Washington, nos Estados Unidos, lutamos, brigamos, depois de cinco anos sem Mato Grosso ter assinado nenhum convênio a nível internacional, nós conseguimos trazer para Mato Grosso 270 milhões de dólares para serem aplicados em cinco anos, o que terminou no ano passado, e já há um aditivo agora para que o PRODEAGRO continue a atuar.

Ora, o Governador que já tinha tomado a sede da EMPAER na Várzea Grande, e V. Ex^a sabe disso, uma sede que servia para treinar técnicos, que servia para o aperfeiçoamento do técnico de nível médio que ia para o campo, agora, “dá um tapa na cara” de todos os funcionários públicos da EMPAER, tirando o PRODEAGRO da atuação daquele órgão. Este é um assunto que eu quero que V. Ex^a, como Líder, traga para esta Casa. Vamos convocar aqui os funcionários da EMPAER, numa audiência pública.

Vamos trazer aqui os responsáveis pelo PRODEAGRO, Deputado Moisés Feltrin, para discutirmos essa questão. Os recursos são volumosos. Quem o Governador quer que gerencie esses recursos? Quais as pessoas que vão fazer a compra de material, principalmente material médico, educacional, que existe no programa e que são materiais caros?

O Sr. Moisés Feltrin - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moisés Feltrin - O nobre Deputado Humberto Bosaipo está chamando a atenção com relação a essa grande empresa, que tem essa tradição de extensão rural no Estado de Mato Grosso. É uma experiência que nós conhecemos desde quando nós tivemos o privilégio de trabalhar, há 30 anos atrás, praticamente, com o então extensionista Odil Moura, Dr. Edésio, Jerônimo, da região de Jaciara, e o atual Senador Jonas Pinheiro, que era extensionista também. E esta empresa sempre demonstrou competência, dedicação e amor ao trabalho de extensão rural no Estado de Mato Grosso.

Portanto, é uma empresa organizadíssima, uma empresa com condições de fazer ou continuar fazendo um grande trabalho para o Estado de Mato Grosso e não vemos por que o Governo do Estado tenta impedir que esse trabalho seja realizado pela EMPAER.

Nós estamos tão preocupados com o problema, nobre Deputado, que uma das nossas Emendas no Orçamento do Estado é justamente ampliando o volume de recursos para a EMPAER, visto que tinha um valor insignificante para uma aplicação a um grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

programa dentro do próprio Orçamento, porque está descrito justamente no item que é para a EMPAER.

Portanto, a preocupação nossa é grande e estaremos nos juntando a V.Ex^a neste pronunciamento. E também quero que nos ajude nas sugestões que V. Ex^a ora passa para a nossa pessoa a incumbência de trazê-la a este plenário. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Moisés Feltrin, e essa deve ser uma preocupação de todos os Deputados da Casa.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero tocar no último assunto que abordarei aqui no Grande Expediente desta noite. Eu vejo aqui alguns estudantes da UNEMAT, essa universidade que foi criada no Governo Jayme Campos, quando eu era Líder do Governo e fui um dos que mais lutaram para ser criada e efetivada a UNEMAT. E a presença desses estudantes aqui enaltece a classe política e os Parlamentares.

Há um misto de recordação de todas aquelas pessoas que passaram pelos caminhos universitários, e não poderia ser diferente.

Vejo ali, pregada naquela parede, Deputado Baticó de Barros, a bandeira da UNE - a União Nacional dos Estudantes.

Aqui, nesta Casa, há Parlamentares que participaram efetivamente da política estudantil, e eu citaria o Deputado Wilson Santos, que, como eu, foi Presidente do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, onde enfrentamos naquela época - e os atuais estudantes, graças a Deus, não pegaram - a força dos Decretos de n^{os} 477 e 288, do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho.

Que decretos eram esses, meus caros estudantes? Eram exatamente os decretos que proibiam a atividade dos centros acadêmicos, dos diretórios centrais dos estudantes, dos diretórios das universidades, da UNE, que em 1979, numa memorável caravana a Salvador, na Bahia, fizemos a reconstrução e reelegemos o primeiro Presidente depois do fechamento do regime de força, em 64. E participou conosco daquela jornada na Bahia, em 79, o eminente Secretário de Justiça ex-Deputado Hermes de Abreu, o ex-Chefe da Casa Civil do Governo Carlos Bezerra, dentre outros estudantes que notoriamente estão dando uma contribuição inquestionável a Mato Grosso.

Que vocês, no futuro, principalmente vocês que estão na vanguarda, possam também estar aqui nos substituindo.

Estivemos mantendo contacto com a maioria dos estudantes que, hoje, não puderam, por diversos motivos, estar aqui, hoje e amanhã, na votação do Orçamento...

O SR. PRESIDENTE - (FAZENDO SOAR A CAMPANHIA) - Esta Presidência solicita ao Deputado Benedito Pinto que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 21:50 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu dizia, Sr. Presidente, que muito dos estudantes que nós tivemos contato ontem aqui, da UNEMAT, inclusive com os líderes estudantis, esperavam que o Orçamento, que eu venho batendo há dias, já tivesse sido votado. Não poderia estar sendo postergado como está sendo agora. Não puderam estar aqui, hoje, não vão poder estar aqui amanhã, que eu acredito, Deputado Romoaldo Júnior, seja o dia "D" para votar esse Orçamento. Mas, está aí a representação estudantil, tremulando a bandeira da sua Universidade, defendendo os interesses da sua categoria.

E, aqui, eu faço um apelo, principalmente, àqueles Deputados governistas, que defendem o Governo Dante de Oliveira: vamos aprovar a Emenda da UNEMAT,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

apresentada nesta Casa, pela Deputada Serys Slhessarenko, de comum acordo com todos os Parlamentares que assinaram.

Se por ventura o Governador do Estado vetar esta Emenda, nós concitamos aqueles que têm responsabilidade com a Educação deste Estado, com a formação perene da juventude mato-grossense/brasileira, para que derrubemos o Veto do Governador, porque há uma organização na UNEMAT, desde a votação do Orçamento de 96, que nós sentimos que o corpo discente e docente da UNEMAT têm-se preparado para discussões orçamentárias, e agora premia-se uma das regiões mais carentes de educação, que é a região da Grande Cáceres! Grande Cáceres, hoje, como eu dizia ao Deputado José Lacerda, que vai se abrir, com o MERCOSUL, para as portas do mundo! E aí nós precisamos de jovens preparados, precisamos de jovens bilingües, jovens que entendam de Pantanal, jovens que entendam de turismo, nós precisamos de engenheiros industriais na região. Nós precisamos de elementos extremamente competentes para enfrentar o competente mercado mundial.

É um apelo, Sr. Presidente, é um apelo veemente que o Deputado Humberto Bosaipo faz aqui, para que possamos dar um exemplo vivo aos estudantes. Aqui devem ter 3, 4, ou 5 estudantes, mas que representam os diretórios centrais, que representam os centros acadêmicos, o corpo vivo do estudantado universitário.

Sr. Presidente, eram esses os nossos conceitos ao Encontro dos Deputados Estaduais, aqui, tão bem debatido; ao problema da EMPAER, estar fora do PRODEAGRO; a questão da UNEMAT e de todo complexo educacional em Mato Grosso, que esperavam, depois do discurso do Governador de campanha - o homem que jogou a Educação como linha de frente na sua campanha -, que pudesse dar uma resposta imediata. E agora, no momento em que ele promove uma mudança efetiva na Secretaria de Educação, tira um educador e põe um administrador. Esperamos que dê certo. Esperamos que a Educação de Mato Grosso tenha, aqui, na Assembléia Legislativa, um respaldo que todos esperam. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Indicação...

O Sr. Romoaldo Júnior - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Sr. Presidente, tendo em vista que todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente da presente Sessão já são do conhecimento dos Srs. Deputados, solicito a V. Ex^a que proceda à votação de forma englobada.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Romoaldo Júnior. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Sr. Ancelmo Falcão de Arruda, Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso, pela sua eleição como Vice-Presidente da Confederação Maçônica Brasileira.

Em discussão a Moção de Congratulação. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 107/96, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria cargos na estrutura do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 21/96, de autoria do Deputado Moisés Feltrin, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Professor Dimorvan Alencar Brescancin. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 286/95, de autoria do Deputado Moisés Feltrin, que dá garantia de emprego ao servidor público do Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, solicito vista do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE - Concedida, ilustre Deputado, pelo tempo regimental.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 69/96, de autoria do Deputado Riva, que veta a realização, nos dias de sábado, de provas de concursos públicos no Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça...

Neste momento, solicito a inversão de pauta para discutir posteriormente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 167/95, de autoria do Deputado Paulo Moura, que institui e dá outras providências ao ouvidor de todas as áreas públicas do Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário, com o voto contra do Deputado Humberto Bosaipo. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do Deputado Chico Daltro, que autoriza o Poder Executivo a instituir em todo o Estado de Mato Grosso os serviços

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

funerários gratuitos e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 293/95, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre repartição de 5% de ICMS aos municípios com unidade de conservação ambiental, reservas indígenas ou áreas inundadas pela construção de usinas hidrelétricas e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 02/92, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que autoriza o Poder Executivo, através das Centrais Elétricas Mato-grossenses-CEMAT, a implantar programa de financiamento de padrões para instalação de energia elétrica em residências para a população de baixa renda. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 131/95, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que proíbe o comércio e o uso de bebidas alcoólicas nas margens das rodovias estaduais, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 133/96, de autoria do Deputado José Riva, que dispõe sobre a participação de entidades comunitárias no encaminhamento de soluções para problemas urbanos nas áreas de segurança, educação serviços e obras públicas, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 313/95, de autoria do Deputado José Riva, que institui o concurso Pesquisa Escolar sobre a vida das personalidades que denominam as unidades da rede oficial de ensino, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 15/95, de autoria do Deputado José Riva, que adita dispositivos ao Título VII, Capítulo VII, da Lei Complementar nº 26. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 09/95, de autoria do Deputado José Riva, que dá nova redação ao § 1º do Artigo 212, da Lei Complementar nº 04, de 15.10.90.

Em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 110/95, de autoria do Deputado Jorge Abreu, que autoriza o Governo do Estado a transformar o Pelotão da Polícia Militar de Sinop em Companhia Independente de Polícia Militar. Com Parecer favorável do Relator, entretando, três Deputados votaram contra o Parecer, portanto, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário ao referido Projeto...

O Sr. Jorge Abreu - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Jorge Abreu.

O SR. JORGE ABREU - Sr. Presidente, peço vista na Comissão, como autor do Projeto e membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE - Concedida a vista ao nobre Deputado Jorge Abreu, pelo prazo regimental.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 27/96, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Paulo Salim Maluf. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 70/96, de autoria do Deputado José Riva, que determina a publicação de fotos de crianças desaparecidas nas contas de água, e luz e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com o voto contrário, em separado, do Deputado José Lacerda.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contra do Deputado José Lacerda. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 44/96, de autoria do Deputado José Riva, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura, o Programa "Disc-cultura". Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do referido Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 122/96, de autoria do Deputado José Riva, que institui o Fundo de Assistência às Vítimas de Acidentes de Trânsito - FUNAVAT, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, assinado pelos membros acompanhando o Relator.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 123/96, de autoria do Deputado José Riva, que institui o Projeto Vida Melhor, a cargo da Fundação Estadual de Promoção Social - PROSOL, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, assinado pelos três membros.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Solicito a transferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deferido.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Antes de V. Exª encerrar a Sessão, eu gostaria de saber se o ilustre 1º Vice-Presidente, que substitui o Deputado José Riva, sabe informar se nós iremos votar o Orçamento, amanhã. Porque muitos Parlamentares estão dizendo que vão viajar, outros já não estão presentes e eu careço de uma posição da Mesa, porque estou com uma viagem marcada para São Félix do Araguaia.

Se houver uma convocação para se votar o Orçamento, eu fico aqui. Se não, eu vou viajar e voltar só na terça-feira.

Eu gostaria de ter essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Informo ao ilustre Deputado Humberto Bosaipo que em virtude do processo ter sido designado à Relatoria nesta semana, o Deputado Ricarte de Freitas tem até amanhã para devolver o seu Parecer, na Comissão de Constituição e Justiça. Uma vez que ele foi designado como novo Relator do processo.

Então, eu acredito que em havendo a devolução desse Parecer, ela pode entrar na Pauta para votação. Apenas para concluir, o Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária seria *a posteriori*.

Eu acredito que se houver, da parte do Relator, a devolução do Projeto amanhã, com certeza ela entra em Pauta.

O Sr. Humberto Bosaipo - Para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria de sugerir ao Deputado Romoaldo Júnior, o 1º Secretário da Casa e que sabe da necessidade de se aprovar esse Orçamento, que se convoque extraordinariamente esta Casa amanhã, em caráter permanente, até que o Relator devolva esse Projeto, para que amanhã, a qualquer hora, ou de manhã ou à tarde ou à noite, ou de madrugada, V. Exª faça esse requerimento para que nós possamos estar aqui para votar esse Orçamento.

O Sr. Batico de Barros - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Batico de Barros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 1997, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. BATICO DE BARROS - Concordo plenamente com o que Deputado Humberto Bosaipo está dizendo, porque afinal de contas nós também ficamos a semana inteira aqui esperando que entrasse em Pauta esse Orçamento. Infelizmente, não entrou em Pauta e parecer que agora vai acontecer a mesma coisa.

Então, que o nosso Relator, amanhã, compareça, até porque nós temos outros afazeres. Gostaria de deixar que sou favorável ao posicionamento do companheiro Deputado Humberto Bosaipo, para que amanhã seja resolvido de uma vez por todas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Antes de encerrar a presente Sessão Ordinária, convocamos para amanhã Sessão Ordinária no período matutino e, em seguida, ficam convocados permanentemente todos os Deputados, para apreciarmos o Projeto de Orçamento do Estado de Mato Grosso para 1997.

Compareceram à Sessão os seguintes Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Humberto Bosaipo, Moisés Feltrin e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - José Lacerda e Batico de Barros; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Luiz Soares e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Wilson Santos; da Bancada do Bloco Parlamentar Democracia - Benedito Pinto (PSC), Eliene (PSB), Nico Baracat (PMDB), Chico Daltro (PDT), Jorge Abreu (PMN), Riva (PMN), Manoel do Presidente (PDT) e Pedro Satélite (PMDB); sem Filiação Partidária - Roberto Nunes.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Emanuel Pinheiro, do PFL; Gilmar Fabris, do PL; Serys Shessarenko, do PT (EM MISSÃO OFICIAL); Zilda, do Bloco Parlamentar Democracia - do PDT (EM MISSÃO OFICIAL).

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisado por Regina Céli